



DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18041107>

**A ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM OBSTÉTRICA EM UMA MATERNIDADE
PÚBLICA DA PARAÍBA: IMPACTOS NA ATENÇÃO AO PARTO**

**OBSTETRIC NURSING CARE IN A PUBLIC MATERNITY HOSPITAL IN PARAÍBA:
IMPACTS ON CHILDBIRTH CARE**

*Aline Santos da Silva*¹

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-1139-2302>

*Leticia Bruna de Souza Araújo*²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7068-6808>

*Luanna Toscano de Theorga Bodziak*³

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0207-2182>

*Patrícia de Vasconcelos Medran Moreira*⁴

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5685-6910>

*Aline de Alcântara Correia*⁵

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1170-3126>

*Rosângela Guimarães de Oliveira*⁶

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5785-9578>

¹Enfermeira. Especialista em Enfermagem Obstétrica. Escola de saúde pública da Paraíba. E-mail: alinesattus@gmail.com

²Enfermeira. Especialista em Enfermagem Obstétrica. Escola de saúde pública da Paraíba. E-mail: leticiabrunacari@hotmail.com

³Enfermeira. Especialista em Enfermagem Obstétrica. Faculdade Santa Emília de Rodat. E-mail: luabodziak@gmail.com

⁴Enfermeira. Especialista em Enfermagem Obstétrica. Faculdade Santa Emília de Rodat. E-mail: patriciamedranmoreira@hotmail.com

⁵Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Michelle Sales. E-mail: alinealcorreia1@gmail.com

⁶Fisioterapeuta. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Docente da Faculdade Estácio da Paraíba. E-mail: Fisioro9@gmail.com

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar os impactos da atuação da enfermagem obstétrica na assistência ao processo de parto, em uma maternidade pública no estado da Paraíba. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, utilizando um instrumento com perguntas relacionadas ao tema estudado. A amostra foi composta por 15 puérperas internadas na maternidade, cujos partos foram assistidos por enfermeiras obstétricas. A tabulação dos dados foi realizada com o auxílio do programa Microsoft Excel, aplicando-se a estatística descritiva, com apresentação dos resultados em valores absolutos e percentuais. Os resultados obtidos revelaram que a assistência prestada pela enfermagem obstétrica possui diversos impactos positivos, como a preservação do direito à presença de um acompanhante durante toda a assistência; a realização de partos seguros, com baixos índices de intercorrências maternas e fetais; a valorização de condutas que favorecem a adaptação extrauterina do recém-nascido; e a vivência de uma experiência fisiológica e positiva do trabalho de parto. Conclui-se que os impactos positivos decorrentes da atuação da enfermagem obstétrica mostram-se essenciais para a redução da mortalidade materna e neonatal, gerando um impacto significativo na qualidade do cuidado oferecido a esse grupo. Destaca-se, ainda, a necessidade de reconhecimento e valorização desses profissionais, dada a relevância de sua contribuição para uma assistência segura e humanizada.

Palavras-chave: Enfermagem Obstétrica; Parto; Saúde da Mulher.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the impact of obstetric nursing on childbirth care in a public maternity hospital in the state of Paraíba. Data were collected through semi-structured interviews, using a questionnaire with questions related to the topic under study. The sample consisted of 15 postpartum women admitted to the maternity hospital, whose deliveries were assisted by obstetric nurses. Data were tabulated using Microsoft Excel, applying descriptive statistics, and the results were presented in absolute values and percentages. The results revealed that the care provided by obstetric nursing has several positive impacts, such as preserving the right to a companion throughout the care process; achieving safe deliveries with low rates of maternal and fetal complications; valuing practices that favor the newborn's extrauterine adaptation; and experiencing a physiological and positive labor experience. It is concluded that the positive impacts resulting from the work of obstetric nurses are essential for reducing maternal and neonatal mortality, generating a significant impact on the quality of care provided to this group. Furthermore, the need for recognition and appreciation of these professionals is highlighted, given the relevance of their contribution to safe and humane care.

Keywords: Obstetric Nursing; Childbirth; Women's Health.

INTRODUÇÃO

A valorização do modelo biomédico e hospitalocêntrico substituiu os saberes tradicionais das parteiras por práticas obstétricas medicalizadas e autoritárias, reduzindo a autonomia da mulher no parto (Souza *et al.*, 2022). Essa mudança também contribuiu para o aumento das cesáreas desnecessárias, colocando o Brasil entre os países com maiores índices desse procedimento (Baggio *et al.*, 2021).

O Brasil ainda possui um modelo de atenção às mulheres em trabalho de parto com uso excessivo de intervenções. Estas quando usadas rotineiramente e sem as devidas indicações, acabam contribuindo para a ocorrência de desfechos desfavoráveis maternos e neonatais (Leal *et al.*, 2019)

O uso excessivo de intervenções invasivas e rotineiras na assistência ao parto tem contribuído para o aumento das taxas de mortalidade materna e neonatal (Oliveira *et al.*, 2021). No contexto brasileiro, observou-se um crescimento de 74% nos óbitos maternos nos últimos dois anos, evidenciando um grave problema de saúde pública e refletindo diretamente na qualidade da assistência obstétrica oferecida (Brasil, 2021a).

Com o intuito de reduzir os altos índices de mortalidade materna e neonatal, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que a assistência ao parto seja pautada na realização do menor número possível de intervenções. A instituição também reconhece a importância da atuação da enfermeira obstetra no acompanhamento de gestações e partos de baixo risco, destacando sua contribuição como fundamental para o alcance dos Objetivos do Milênio, especialmente no que se refere à redução da mortalidade materna (Magalhães; Taffner, 2020).

A enfermagem obstétrica configura-se como um importante instrumento na assistência a mulher durante o trabalho de parto, com ações alinhadas às políticas públicas de saúde que visam transformar o modelo de atenção obstétrica, priorizando a humanização do cuidado, a redução das intervenções medicalizadas e a valorização do parto fisiológico (Silva *et al.*, 2020).

A atuação da enfermagem obstétrica tem apresentado avanços significativos nos últimos anos, fundamentando-se em práticas humanizadas e no uso de tecnologias leves. Nessa perspectiva, esses profissionais são reconhecidos por adotarem uma abordagem menos intervencionista, destacando-se pela realização de cuidados seguros, pautados em habilidades técnicas, competências específicas e em evidências científicas (Santos; Poço, 2020).

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) reconhece legalmente a autonomia e a competência da enfermagem obstétrica para prestar assistência integral às mulheres durante a gestação, o parto e o puerpério, bem como ao recém-nascido. Essa atuação contribui para a redução de intervenções desnecessárias e favorece experiências mais positivas e seguras para as mulheres no processo de parturição (Silva; Santos; Passos, 2022).

Mediante a inserção deste profissional na assistência obstétrica e a necessidade de compreender as repercussões de sua atuação no cenário de assistência ao parto, o presente estudo teve como objetivo específico analisar os impactos da atuação da enfermagem obstétrica na assistência ao processo de parto, em uma maternidade pública no estado da Paraíba. Teve como questão norteadora: Quais são os principais impactos causados pela atuação da enfermagem obstétrica durante a assistência ao parto em uma maternidade pública no estado da Paraíba?

METODOLOGIA

O estudo caracterizou-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem quantitativa. A pesquisa quantitativa utiliza diferentes técnicas estatísticas para quantificar as informações de um estudo. Os meios de coleta de dados são através de questionários de múltiplas escolhas ou entrevistas individuais com perguntas claras e objetivas (Rodrigues; Oliveira; Santos, 2021).

O presente estudo foi desenvolvido na Maternidade Frei Damião, instituição integrante da rede hospitalar pública do estado da Paraíba, localizada na cidade de João Pessoa-PB, reconhecida como referência no atendimento a gestações de alto risco. A coleta de dados foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2024, com puérperas que tiveram seus partos assistidos por enfermeiras obstétricas.

Os critérios de exclusão adotados no presente estudo incluíram puérperas que não consentiram em participar da pesquisa, aquelas internadas na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), com diagnóstico de transtornos psiquiátricos, em regime de isolamento, bem como as que foram submetidas a parto cesáreo. Participaram da pesquisa quinze puérperas internadas na Maternidade Frei Damião durante os meses de novembro e dezembro de 2024. Ressalta-se que a referida maternidade apresenta uma média mensal de aproximadamente 40 partos vaginais assistidos por enfermeiras obstétricas (EO), embora esse número possa apresentar variações ao longo do tempo.

Destaca-se, ainda, que algumas puérperas se recusaram a participar do estudo, além da exclusão de participantes com idade inferior a 18 anos.

Para levantamento dos dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada com 28 perguntas de caracterização das participantes e sobre a assistência recebida durante o trabalho de parto. Para análise dos dados foi utilizado o programa Microsoft Excel, com aplicação da estatística descritiva, trabalhando os dados em seus valores absolutos e percentuais.

Foi apresentado às participantes um termo de consentimento livre e esclarecido, solicitando autorização para participar do estudo. O estudo seguiu os preceitos éticos, e foi submetido à Plataforma Brasil para avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (CEP-SES-PB), sob a CAAE de nº 84207824.6.0000.5186.

A coleta de dados deste estudo foi conduzida em conformidade com os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo iniciada somente após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (CEP-SES-PB), por meio de Parecer Consubstanciado. De acordo com a referida resolução, toda pesquisa envolvendo seres humanos implica potenciais riscos aos participantes, conforme descrito nos itens IV e V, exigindo, portanto, o controle para sua minimização. No contexto deste estudo, os riscos identificados estavam relacionados à possível exposição indevida de informações pessoais e ao eventual constrangimento durante a aplicação das entrevistas. Em tais circunstâncias, previa-se a interrupção imediata da coleta, garantindo à participante o direito de se retirar do estudo a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos. Contudo, ressalta-se que nenhuma dessas situações adversas foi registrada ao longo da pesquisa (Brasil, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra do estudo foi composta por 15 puérperas internadas na Maternidade Frei Damião, que tiveram seu parto assistido por Enfermeiras Obstétricas (EOs). A tabela 1 apresenta a caracterização das participantes quanto à escolaridade, raça, faixa etária, estado civil, realização de pré-natal e idade gestacional (IG).

Tabela 1. Caracterização das participantes quanto à escolaridade, raça, faixa etária, estado civil, realização de pré-natal e idade gestacional. João Pessoa, Paraíba, Brasil, 2025 (N=15).

CARACTERIZAÇÃO		
Variáveis	N	%
Escolaridade		
Fundamental	4	27,00
Médio	8	53,00
Superior	3	20,00
Raça		
Raça Branca	1	7,00
Raça Preta	0	00,00
Raça Parda	14	93,00
Amarela	0	00,00
Indígena	0	00,00
Faixa etária		
18 a 22 anos	5	33,33
23 a 27 anos	5	33,33
28 a 32 anos	3	20,00
>32 anos	2	13,33
Paridade		
Múltipara	9	60,00
Primípara	6	40,00
Pré-Natal		
Realizou	14	93,33
Não realizou	1	06,67
IG		
36s a 38s	5	33,33
38,1 a 40	10	66,67
Estado civil		
Casada	6	40,00
Solteira	0	00,00
União estável	9	60,00

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Com relação à escolaridade, foi observado que a maioria estudou o ensino médio completo 53,00% (8); 93,0% (14) puérperas se autodeclararam pardas; as faixas etárias mais recorrentes foram 18 a 22 e 23 a 27 anos; a maioria eram multíparas 60,0% (9) e, apenas uma paciente não realizou pré-natal durante a gestação, as demais realizaram pelo menos 6 consultas; 60,0% (9) viviam em união estável 60,00% (9); e apresentavam, em sua maioria, IG entre 38,1 a 40 semanas 66,67% (10).

A tabela 2 apresenta a distribuição das variáveis relacionadas ao trabalho de parto. Foi observado que todas as pacientes apresentaram acompanhante; houve apenas 1 intercorrência (6,66%) com a parturiente e com o RN; 80% (12) das mulheres apresentaram laceração; apenas 1 (6,66%) RN não passou pelo processo de contato pele a pele logo após o nascimento, teve seu cordão umbilical clampeado precocemente e não houve apoio a amamentação. Com relação à condução do trabalho de parto, 8 (53,33%) mulheres necessitaram de algum método de condução e 7 (46,67%) não o utilizaram.

Tabela 2. Distribuição das variáveis relacionadas ao trabalho de parto. João Pessoa, Paraíba, Brasil, 2025 (N=15).

TRABALHO DE PARTO				
Variáveis	SIM	%	NÃO	%
Acompanhante	15	100	0	0,00
Interc. mãe	1	6,66	14	93,33
Interc. RN	1	6,66	14	93,33
Laceração	12	80,00	3	20,00
Contato pele	14	93,33	1	6,66
Clampeamento oportuno	14	93,33	1	6,66
Apoio AME	14	93,33	1	6,66
Condução	8	53,33	7	46,67

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Foi possível observar a partir dos dados acima, que o direito ao acompanhante foi respeitado em todas as assistências (100%), e que a assistência prestada pelo EO durante o trabalho de parto foi considerada segura, com o índice de 93,33% das assistências sem intercorrências. Isto expõe que as boas práticas ao parto estão alinhadas com o conhecimento científico, A EO na assistência à parturiente traz consigo a humanização sem deixar de lado a competência técnica e científica que

este evento necessita, evidenciando que estes profissionais atuam de forma segura e baseada em evidências (Dias *et al.*, 2024).

A autonomia técnica e científica que a EO desenvolve em sua assistência, faz com que, mesmo que ocorra intercorrências, o profissional saiba conduzir com êxito a situação, de forma individualizada, diminuindo os desfechos negativos do trabalho de parto, sendo importante levar em consideração os desejos da parturiente durante a tomada de decisões, e o trabalho em equipe, e com isso, estabelecer confiança para agir (Webler *et al.*, 2023).

Nesse contexto, um dos desafios enfrentados pelo EO é a presença de conflitos no processo de trabalho, muitas vezes decorrentes da falta de alinhamento entre os profissionais quanto às boas práticas no parto baseadas em evidências científicas. Infelizmente, ainda existem cenários em que o médico é visto como o único detentor do conhecimento técnico, o que limita a atuação do EO e enfraquece a colaboração entre os membros da equipe. Isso evidencia a necessidade urgente de fortalecer o cuidado compartilhado e interdisciplinar, promovendo uma prática mais integrada e centrada na mulher (Dulfe *et al.*, 2022).

No estudo de Luz e Andrade (2024), ficou evidenciado que a assistência obstétrica fornecida pelos enfermeiros trouxe muitos impactos positivos para a promoção da saúde materna e neonatal, esses impactos perpassavam o momento do parto, sendo destacados desde o período pré-natal até os cuidados pós-parto. Esses profissionais desempenham um papel multifacetado que abrange aspectos físicos, emocionais e sociais no cuidado da mãe e do bebê proporcionando segurança e bem-estar ao binômio.

O estudo também expõe que durante as assistências houve um índice de 93,33% de ocorrência do contato pele a pele, apoio à amamentação e clampeamento oportuno do cordão umbilical, condutas consideradas importantes para a adaptação extrauterina do RN logo após o parto.

O contato pele a pele entre mãe e bebê na primeira hora de vida é uma prática indispensável para o bem-estar de ambos. Diversos estudos destacam seus inúmeros benefícios, entre os quais se incluem: a estabilização dos sinais vitais, a regulação da temperatura corporal, o estímulo ao aleitamento materno e o fortalecimento do vínculo afetivo. Além disso, essa prática contribui para a redução da morbidade neonatal e oferece um suporte essencial à recuperação pós-parto da mãe, diminuindo o risco de complicações, como hemorragias e depressão pós-parto (Silva *et al.*, 2024).

A tabela 3 apresenta os métodos não farmacológicos utilizados pelas puérperas durante seu trabalho de parto.

Tabela 3. Distribuição dos métodos não farmacológicos utilizados durante o trabalho de parto. João Pessoa, Paraíba, Brasil, 2025 (N=15).

MÉTODOS NÃO FARMACOLÓGICOS		
Variáveis	N	%
Respiração	12	79,99
Cromoterapia	10	66,66
Posição	13	86,66
Massagem	7	46,66
Dieta	12	79,99
Banho quente	2	13,33
Vocalização	7	46,66
Aromaterapia	0	0,00
Bola suíça	4	26,66

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em relação aos métodos não farmacológicos usados para o alívio da dor, constatou-se que todas as mulheres assistidas pelo EO utilizaram no mínimo dois métodos. Estes, são importantes tanto para o alívio da dor quanto para promover relaxamento da musculatura, contribuindo assim, para o avanço do trabalho de parto. (Santos *et al.*, 2021).

Como pode ser observado, o método mais utilizado foi a escolha da posição pela paciente, representando 86,66% (13 casos), o que gera um impacto bastante positivo na assistência prestada pelo EO. Muitas mulheres apresentam lacunas de conhecimento sobre as posturas que podem adotar durante o trabalho de parto, chegando até a se surpreender quando questionadas sobre a posição em que desejam permanecer. Estudos já demonstram que as posições adotadas ao longo do trabalho de parto influenciam os desfechos maternos e fetais devido a diversos fatores fisiológicos e biomecânicos. A mulher que tem a liberdade de escolher sua posição para o parto sente-se mais confortável, consegue perceber melhor a fisiologia do processo e, conseqüentemente, vive uma experiência mais positiva (Martins *et al.*, 2025)

A EO tem papel importante na orientação e aplicação desses métodos, além de possuir autonomia e qualificação, de forma a promover uma assistência holística, humanizada e segura pois quando se fala em métodos não farmacológicos para o alívio da dor é importante que o

profissional saiba quando e como usá-lo, o seu uso em momentos não indicados pode ter efeito contrário e deixar o momento mais desconfortável para a mulher (Santos *et al.*, 2021).

Entre os métodos menos utilizados, como banho quente (13,33%) e aromaterapia (0%) se justificam pelo fato de que o serviço só possuir um banheiro com chuveiro elétrico, então, nem todas conseguem usufruir do banho quente, e não dispõe do material necessário para a aromaterapia, como difusor e óleos essenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a assistência da Enfermagem Obstétrica prestada à mulher em trabalho de parto gera diversos impactos positivos, como: a preservação do direito à presença de um acompanhante durante toda a assistência; a realização de partos seguros, com baixos índices de intercorrências maternas e fetais; a valorização de condutas que favorecem a adaptação extrauterina do recém-nascido; e a vivência de uma experiência fisiológica e positiva do trabalho de parto. Além disso, a maioria das mulheres atendidas pôde escolher a posição em que desejava permanecer, utilizar técnicas de respiração durante as contrações, alimentar-se em livre demanda durante todo o processo, bem como recorrer a métodos não farmacológicos para alívio da dor.

Dessa forma, a assistência obstétrica prestada por enfermeiros especializados mostra-se essencial para a redução da mortalidade materna e neonatal, desempenhando um papel fundamental no cuidado a esse grupo. É igualmente importante reconhecer e valorizar esses profissionais, que contribuem significativamente para uma assistência materna e neonatal mais humanizada e eficaz.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, M. A.; PEREIRA, F. C.; CHEFFER, M. H.; MACHINESKI, G. G.; REIS, A.C.E. Significados e experiências de mulheres que vivenciaram o parto humanizado hospitalar assistido por enfermeira obstétrica. **Rev Baiana Enferm.** v. 35, e42620, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/42620/24559>. Acesso em 18 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto Normal versão preliminar**. Brasília, 2022. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/diretriz_assistencia_parto_normal.pdf. Acesso em 22 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Mortalidade proporcional por grupos de causas em mulheres no Brasil em 2010 e 2019. **Boletim Epidemiológico**, v. 52, n. 29, Brasília, 2021a. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_29.pdf/view. Acesso em 22 de abril de 2024.

CAMPOS, V. S.; MORAISA, C.; ARAÚJOP, O.; MORAIS A. C.; ALMEIDAB, S. et al. Experiência de puérperas com a dor do parto normal. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 40, e2396, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/2396>. Acesso em 22 de abril de 2024.

DIAS, G. M. C.; MACHADO, B. K. R. M. R. D.; MORAES, A. J. N.; MELO, V. M.; SILVA, M. E. M. A autonomia dos enfermeiros obstetras no parto humanizado. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v.17, n. 7, p.01-16, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/8835/5464> Acesso em 18 de janeiro de 2025.

DULFE, P. A. M. ALVES, H. V. PEREIRA, A.V. RODRIGUES, D. P. VIEIRA, B. D. G. SOANNO, G. R. et al. Desafios de enfermeiras obstétricas na assistência ao parto e nascimento: estudo descritivo e exploratório. **Online braz. j. nurs.** Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1400800> Acesso em 20 de fevereiro de 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional de saúde: 2019: ciclos de vida: Brasil / IBGE, **Coordenação de Trabalho e Rendimento**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 139, 2021. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2024.

LEAL, M. C.; BITTENCOURT, S. A.; ESTEVES-PEREIRA, A. P.; AYRES, B. V. S.; SILVA, L. B. R. A. A. et al. Avanços na assistência ao parto no Brasil: resultados preliminares de dois estudos avaliativos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/grzf9kCgwKLFx8SV5DvPyJx/>. Acesso em 22 de abril de 2024.

LUZ, D. S.; ANDRADE, R. V. O CUIDAR DA MULHER PUÉRPERA: IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO (A) OBSTETRA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 5, p. 4837-4853, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14151>. Acesso em 14 de julho de 2025.

MAGALHÃES, T.T.S.; TAFFNER, V.B.M. Dificuldades para a atuação autônoma do enfermeiro obstetra no Brasil. **REVISA**, v.9, n.4, p. 685-97, 2020. Disponível em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/f51b/0ee902f5830b8ca4d8d4b325912eda356783.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2024.

MARTINS, C. A. M.; NELAS, P.; SANTOS, E. Conhecimento das mulheres sobre posições de parto: uma revisão scoping. **Servir**, [S. l.], v. 2, n. 11, e39143, 2025. DOI: 10.48492/servir0211.39143. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/servir/article/view/39143> Acesso em: 14 julho de 2025.

OLIVEIRA, T. R.; BARBOSA, A. F.; ALVES, V. H.; RODRIGUES, D. P.; DULFE, P. A. M. et al. Assistência ao parto domiciliar planejado: trajetória profissional e especificidades do cuidado da enfermeira obstétrica. **Texto Contexto Enferm.** v.29, n. 1, p. 1-14; 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/QB9XVLqx65959W5YC6nzDbL/?lang=pt>. Acesso em 11 de julho de 2024.

OMS. Organização Mundial de Saúde. Mortalidade materna: níveis e tendências de 2000 a 2017. [Internet]. Genebra: OMS; 2019. Disponível em: <https://www.unfpa.org/featured-publication/trends-maternal-mortality-2000-2017>. Acesso em 22 de março de 2024.

ROCHA, N. F. F.; FERREIRA, J. A escolha da via de parto e a autonomia das mulheres no Brasil: uma revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 44, p. 556-568, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/gv6DSVLwCqFZvxVDLCKTxxhL/> Acesso em 22 de abril de 2024.

SANTOS, A. C. M.; NASCIMENTO, C. D.; CAMPOS, T. C. de; SOUSA, N. N. A. G. Atuação da enfermagem no uso de métodos não farmacológicos para o alívio da dor durante o trabalho de parto. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 9505–9115, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n1-643. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/23722>. Acesso em 18 de janeiro de 2025.

SANTOS, G. G.; PAÇO J. A. O. Visão e atuação humanizada de estudante do curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica no parto normal. **Glob. Acad. Nurs.**, v.1, n.1, p.1-7; 2020. Disponível em: <https://globalacademicnursing.com/index.php/globacadnurs/article/view/34>. Acesso em 11 de abril de 2024.

SEVERO, R.D.; TORRINHA, S. A.; GALDINO, C. V.; BALBINO, C. M.; SILVINO, Z. R. et al. Vivências de puérperas em relação ao parto assistido por enfermeiras obstétricas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, e42810111830, 2021. Disponível em: <https://ninho.inca.gov.br/jspui/handle/123456789/14427> Acesso em 11 de abril de 2024.

SILVA, A. C.; SANTOS, K. A.; PASSOS, S. G. Atuação do enfermeiro na assistência ao parto humanizado: revisão literária. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 113–123, 2022. DOI: 10.55892/jrg.v5i10.349. Disponível em: <https://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/349> Acesso em 23 de abril de 2024.

SILVA, G. F. E.; MOURA, M. A. V.; MARTINEZ, P. A.; SOUZA, I. E. O.; QUEIROZ, A. B. A. et al. A formação na modalidade residência em enfermagem obstétrica: uma análise hermenêutico-dialética. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 4, p. e20190387, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/X4rtM7TBZrSXgMnGZwx4SGb/#> Acesso em 23 de abril de 2024.

SILVA, R. C. C.; MARTINS, F. M.; CARVALHO, M. E. M.; GUIMARÃES, Í. I. S. M. Os benefícios do contato pele a pele no pós-parto. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 11, pág. e38131147274, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i11.47274. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/47274> Acesso em 14 de julho de 2025.

SOUZA, R. A. G.; SILVA, T. S. A.; BRITO, T. B. A.; NASCIMENTO, C. S.; SANTOS, L. M. A. et al. O processo de construção da enfermagem obstétrica: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 2, p. e9743, 2022. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/9743/5846> Acesso em 11 de abril de 2024.

WEBLER, N.; ALMEIDA, L. C. G.; CARNEIRO, J. B.; CAMPOS, L. M.; GLAESER, T. A. et al. Autonomia profissional na condução de intercorrências: discurso de enfermeiras obstétricas atuantes em parto domiciliar planejado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 76, p. e20220388, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/CPptbLgZzf3NDKnHWYfCZQp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 20 janeiro de 2025.